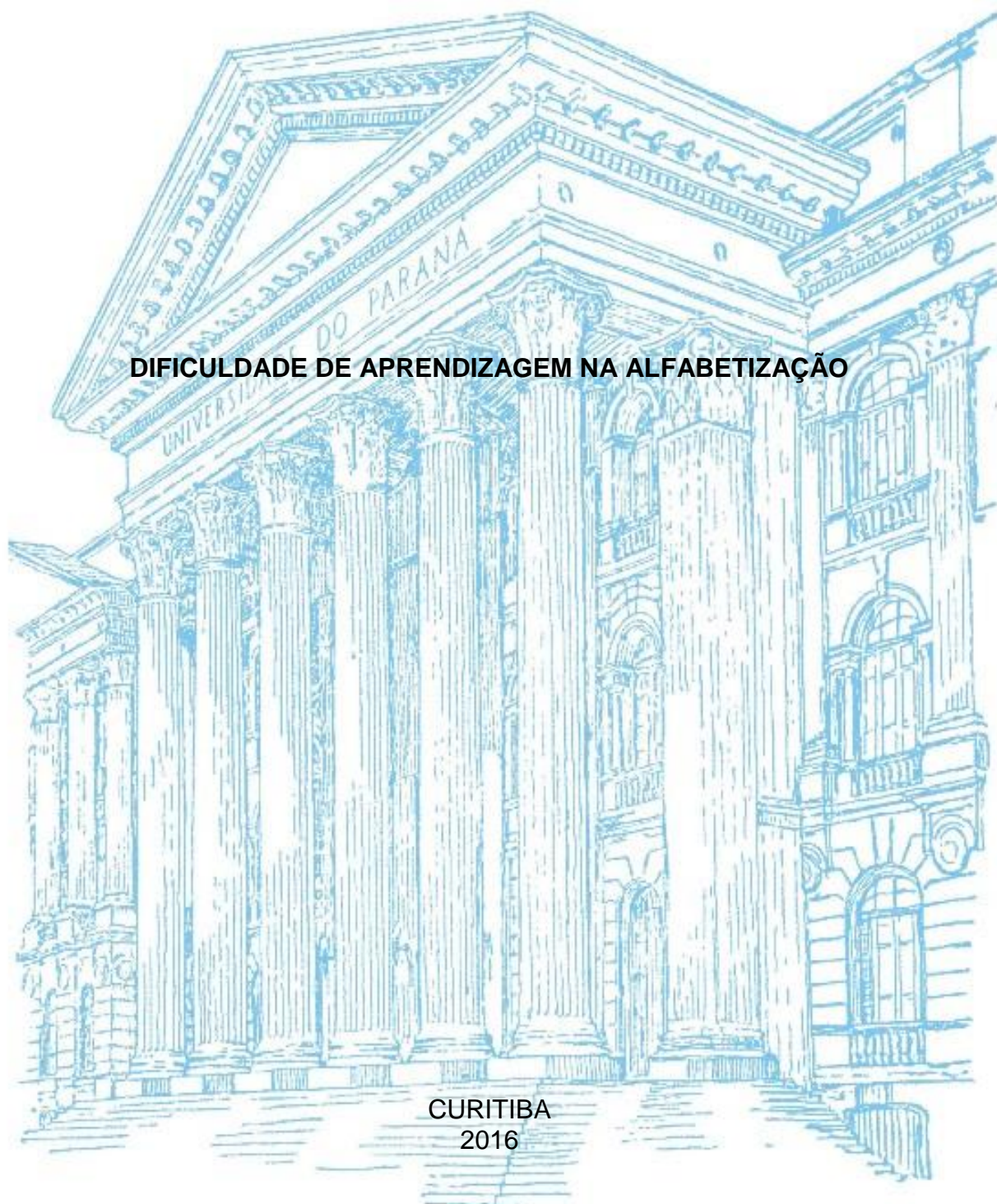


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

TEREZINHA APARECIDA MARTINS LOPES



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

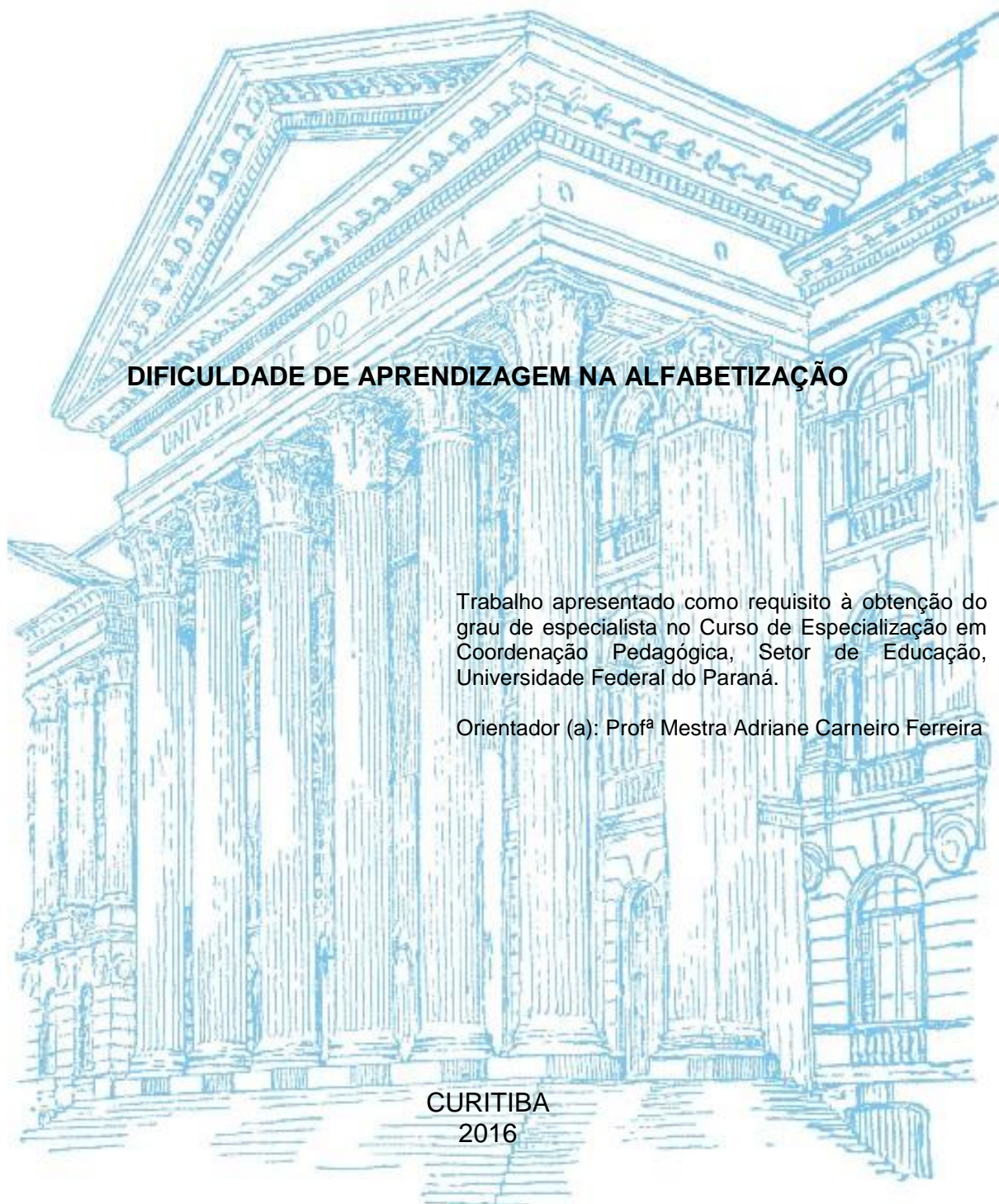
TEREZINHA APARECIDA MARTINS LOPES

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof^a Mestra Adriane Carneiro Ferreira

CURITIBA
2016



DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

Terezinha Aparecida Martins Lopes¹

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo o processo de alfabetização, focou nas dificuldades encontradas neste período e o papel do professor como mediador neste processo, que deve ocorrer, segundo documentos oficiais, até o terceiro ano do ensino fundamental, ou seja até os oito anos de idade da criança. Entendendo que a prática pedagógica não é tarefa isolada do docente, mas que depende de um coletivo que o apoie, buscou identificar qual deve ser a postura do gestor pedagógico em prol de melhorias no processo de ensino aprendizagem no contexto escolar e também qual a relação que a escola deve esperar dos responsáveis pela criança. A pesquisa desenvolveu-se bibliograficamente, utilizou diversos autores e obras subsidiassem as inquietações sobre a temática desenvolvida. Analisa o desafio de alfabetizar a criança na idade correta e como para se alcançar uma formação de qualidade para o aluno é necessário que os docentes e coordenadores pedagógicos reconheçam o aluno como um ser social, histórico e cultural, que entendam que este aluno já vai para a escola com conhecimentos, cabendo então a eles aprimorá-los com os conteúdos científicos de maneira interdisciplinar, promovendo não somente a alfabetização, mas uma alfabetização letrada.

Palavras-chave: Alfabetização. Coordenador Pedagógico. Professor.

¹Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Católicas de Palmas-PR. Pós graduanda do Curso Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Paraná-Polo Laranjeiras. Email: terezinhaapmartinslopes@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista a importância da linguagem oral e escrita da criança para sua inserção nas práticas sociais e em um mundo letrado, cabe à educação favorecer subsídios específicos para a construção destas competências nas crianças durante o seu processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Alfabetizar não se resume em apenas decodificar os códigos linguísticos, mas permitir a criança interpretar vários tipos textuais e o mundo a sua volta.

O presente estudo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a problemática das dificuldades de aprendizagem dos alunos no período de alfabetização visto que todos possuem direito a aprender, mas nem sempre este direito é garantido ou efetivado, sendo que neste processo muitos fatores podem ser os agravantes para acentuar essas dificuldades. Diante O problema está centrado na garantia de aprendizagem dos alunos, ou seja, no direito. Como os professores que trabalham com a alfabetização estão propiciando a garantia deste direito se um número elevado deles não se alfabetiza na idade correta?

Assim, busca descrever quais desafios que o professor alfabetizador se depara neste processo e o seu papel diante desta etapa de aprendizagem da criança. Como a escola não se resume apenas a figura do professor e do aluno abordou estudos sobre o papel do coordenador pedagógico como mediador no processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar e a importância da relação família e escola.

Com o objetivo de elaborar uma pesquisa embasada em diversas obras literárias optou-se por um estudo de característica bibliográfica, pois esta “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos [...] (GIL, 1987, p. 37)”. A partir do estudo bibliográfico, foi possível fazer uma análise sobre a problemática desta pesquisa.

Para que haja um melhor entendimento deste trabalho o mesmo foi elaborado com a seguinte estrutura, iniciou trazendo estudos referentes a alfabetização e o direito a aprendizagem prevista na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96. Em seguida abordou estudos sobre os desafios da alfabetização através da análise sobre as dificuldades das crianças no processo de alfabetização, situação esta, enfrentada diariamente pelos professores alfabetizadores.

Visando identificar o papel do educador, da família e da escola diante das dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização desenvolveu-se o terceiro tópico de análise. Sendo então discutido o papel do coordenador como mediador no processo da alfabetização e da aprendizagem, apontando a necessidade deste profissional atuar junto aos professores para a transformação da prática pedagógica em prol de uma educação significativa para o aluno.

2. ALFABETIZAÇÃO E DIREITO A APRENDIZAGEM

A educação brasileira vem passando por mudanças intensas, relativas ao ingresso de crianças na Educação Básica. De acordo com a Lei nº 12.801/2013, que trata do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, a entrada aos seis anos no Ensino Fundamental desafiou os educadores a definir mais claramente o que se espera da escola nos anos iniciais de escolarização, ressalva que nesta nova mudança do ensino fundamental de nove anos, a criança tem o direito de ser alfabetizada dentro dos três primeiros anos do ensino fundamental.

Ao falar sobre o direito a educação, é pertinente ressaltar sobre a Lei 11.114/2005 que alterou a redação do Artigo 32 da LDB nº 9394/96 tornando assim o Ensino Fundamental “[...] obrigatório e gratuito na escola pública, a partir dos seis anos de idade (BRASIL, 2005, p. 01)” e da Lei nº 11.274/2006 que caracteriza “o Ensino Fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade (BRASIL, 2006, p. 01).”.

O direito a Educação é garantido a todos os brasileiros, seja criança, adolescente, jovem ou adulta, conforme prevê a Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Básica “[...] tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996, p.02)”. Assim, de acordo com Brasil (2007) aprender a ler e escrever nos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, ser inserido na cultura letrada possibilita a criança avançar na conquista de sua autonomia e sua inserção social. Portanto:

Estar alfabetizado significa ser capaz de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações. Significa ler e produzir textos para atender a diferentes propósitos. A criança alfabetizada compreende o sistema alfabético de escrita, sendo capaz de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz (BRASIL, 2007, p. 16).

De acordo com Brasil (2007) a alfabetização não possibilita apenas a criança ter o domínio da leitura e da escrita, mas permite a “[...] ampliação de seu universo de referências culturais, nas diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 2007, p.17)”. Neste sentido, concorda-se com Ferreiro (1996, p.24) quando afirma que “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças”. Atualmente, muitos professores ainda definem erroneamente o processo de alfabetização como sinônimo de uma técnica. De acordo com suas experiências com crianças, Ferreiro, esquematiza algumas propostas fundamentais sobre o processo de alfabetização inicial da seguinte maneira:

Restituir a língua escrita seu caráter de objeto social; Desde o início (inclusive na pré-escola) se aceita que todos na escola podem produzir e interpretar escritas, cada qual em seu nível; Permite-se e estimula-se que a criança tenha interação com a língua escrita, nos mais variados contextos; Permite-se o acesso o quanto antes possível à escrita do nome próprio; Não se supervaloriza a criança, supondo que de imediato compreendera a relação entre a escrita e a linguagem. Não se pode imediatamente, ocorrer correção gráfica nem correção ortográfica (FERREIRO, 1999, p.44-47).

Percebe-se que há uma necessidade de valorizar o conhecimento que a criança traz de casa para a escola, para que desta maneira sinta-se incluída. Outro ponto muito importante neste processo de alfabetização é que o professor deve ter muita cautela ao corrigir os registros dos alunos, pois neste período ela está iniciando a leitura e a escrita e por isso os erros são muitas vezes contínuos e repetitivos.

A escola, também, não pode ser pensada como único espaço formativo, muitas vezes quando a criança chega até ela já se encontra em um processo alfabetizador. Neste sentido,

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que

terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita (FERREIRO, 1999, p.23).

Portanto, a criança chega à escola com conhecimento sobre leitura e escrita, já está em contato com algum tipo de conhecimento sobre alfabetização no ambiente externo a ela. Cabe à escola aprofundar este conhecimento a partir de um processo contínuo, com uso de metodologias e propostas pedagógicas adequadas, que auxiliem para que processo ensino aprendizagem ocorra, satisfatoriamente, oportunizando aprendizado para todos.

A importância de alfabetizar os alunos na idade certa certamente é um desafio para educação, pois, segundo censo 2010, 12,5% dos alunos brasileiros não conseguem se alfabetizar até o 3º ano do ensino fundamental, no Paraná 4,9%. Garantir os direitos que a criança possui em relação à aprendizagem perpassa refletir sobre quais os entraves para que isso ocorra.

Infelizmente, é comum encontramos em nossas escolas alunos com dificuldades de aprendizagem, que não conseguem aprender na idade correta, ou seja, até oito anos como prevê a lei. Estes acabam marginalizados, excluídos ou pior avançando para a segunda etapa do ensino fundamental sem saberem ler e escrever funcionalmente.

Estipular, no entanto, um prazo final para se alfabetizar pode ser questionado se entendermos que os ritmos de aprendizagem, os contextos onde o aluno interage são diversos. Portanto, um processo relativo e que dependeria das particularidades de cada criança. Aqui, no entanto, cabe ressaltar que o papel do professor pode ser decisivo, pois compete a ele desenvolver propostas pedagógicas e metodológicas que contemplem as especificidades de cada indivíduo, garantindo assim um ensino igualitário e de qualidade. Neste sentido:

A Educação Básica empreende seu trabalho político-pedagógico em busca de garantir o direito à alfabetização de crianças dos seis aos oito anos de idade, pois a linguagem constitui o sujeito na interação social. Para isto, é necessário proporcionar-lhes vivências e experiências de oralidade, leitura e escrita que envolva seu mundo físico, social, cultural, a partir das quais possam compreender e produzir textos orais e escritos variados e de qualidade, de diferentes gêneros textuais, com diversas finalidades, com vistas à sua participação autônoma em variadas esferas de interação social (BRASIL, 2012, p.39).

Ao docente e a escola cabe perceber que o ensino só acontece de maneira significativa, garantindo todos os direitos de aprendizagem ao aluno, quando o mesmo desenvolve-se com um currículo flexível que contemple a necessidade individual de cada criança. Todavia, o papel da escola não é apenas alfabetizar, mas desenvolver os conhecimentos de maneira interdisciplinar, contemplando os diversos tipos de linguagem favorecendo a construção de uma educação letrada e cidadã ao aluno.

3. OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO

Considerando que a criança já traz consigo muitos conhecimentos, entende-se que o processo de leitura e escrita não inicia na escola, mas no seu meio social, histórico e cultural. A alfabetização deve ocorrer a partir destes conhecimentos, mas não deve ser pensada de forma mecânica, como apenas o domínio de um sistema linguístico e a sua decodificação, o que na atualidade não é o suficiente. Deve capacitar a criança para seu uso social, para que entenda as funcionalidades de cada texto e a finalidade da leitura e escrita, ou seja, letrar. No entanto, sabe-se que alfabetização e letramento são concepções diferentes, mas que devem ser desenvolvidas em conjunto para garantir um ensino de qualidade ao aluno.

Sendo assim, concorda-se com Vygotsky (2003) que a aprendizagem acontece dentro de alguns processos, a mediação entre duas estruturas, a social e a construída pelo próprio indivíduo por meio de instrumentos. Neste sentido, a partir destes processos o ser humano, culturalmente, vai internalizando e conseqüentemente vai adquirindo capacidade cada vez mais elevada de ordenar cognitivamente seu raciocínio.

Assim:

O indivíduo humano (...) interage simultaneamente com o mundo real em que vive e com as formas de organização desse real dadas pela cultura. Essas formas culturalmente dadas serão, ao longo do processo de desenvolvimento, internalizadas pelo indivíduo e se constituirão no material simbólico que fará a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento (CÓCCO, 1996, p.13).

A alfabetização como um processo de construção de hipóteses sobre o funcionamento e as regras de geração do sistema alfabético de escrita, é um conteúdo extremamente complexo que demanda procedimentos de análise também complexos por parte de quem aprende.

Portanto, com o intuito de facilitar esse processo é preciso propiciar condições para que a criança tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas, sobretudo fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade, ou seja, proporcionar que venha acontecer o letramento em conjunto com a alfabetização.

Segundo Vygotsky (2003) é a partir da necessidade que a criança vai construindo formas cada vez mais elaboradas de representação, até chegar ao domínio do código escrito. Para uma compreensão abrangente da alfabetização, é preciso que a resgatemos como objeto de conhecimento, do qual os indivíduos se apropriam através de experiências significativas.

Enfim, somente levando em consideração como a criança aprende e oportunizando novas experiências nesse sentido em sala de aula, será possível pensar em um aprendizado de qualidade que faça a criança se desenvolver globalmente, pois está se torna sujeito participativo e não passivo no seu processo educacional.

Concorda-se com Mello (2006, p.184) quando afirma que “[...] a criança é ativa no processo de aprendizagem quando é sujeito do processo de conhecimento e não um elemento passivo que recebe pronto o conteúdo do ensino”. Para esta efetivação depende também do professor, este deve reconhecer seu aluno como indivíduo capaz, alguém que aprende e desenvolve-se culturalmente.

No entanto, um dos maiores desafios na alfabetização seria alfabetizar a criança ainda nos três primeiros anos do ensino fundamental, e para que isso se concretize com sucesso muitos pontos devem ser pensados, como: a formação dos professores alfabetizadores, pois, “[...] é fundamental contar com professores alfabetizadores bem preparados, motivados e comprometidos com o desafio de orientar as crianças nesta etapa da trajetória escolar (BRASIL, 2007, p. 20)”. Assim, os professores alfabetizadores são peças chaves para a construção de um ensino de qualidade, pois são mediadores do conhecimento.

Um segundo fator que deve ser considerado como um desafio “[...] é a disponibilidade de materiais didáticos e pedagógicos apropriados e que estimulem a

aprendizagem, tais como livros didáticos, paradidáticos, obras de literatura, jogos e mídias variadas (BRASIL, 2007, p. 20)". Este fator torna-se cada vez mais desafiador, pois muitas das escolas não possuem estas matérias com qualidade para serem utilizados, e quando têm falta conhecimento por parte dos professores, para saberem utilizar como instrumento a serviço da aprendizagem.

Segundo Brasil (2007) um terceiro fator desafiador que interfere diretamente no processo de aprendizagem na alfabetização é a falta de um acompanhamento minucioso através de diversificados tipos de avaliação para identificar como está o desenvolvimento do seu aluno. Sabe-se que no dia a dia em sala de aula outros fatores também podem vir a influenciar na não efetivação do avanço na aprendizagem com qualidade, como o número elevado de alunos matriculados na turma, a heterogeneidade que caracteriza as diferenças, fatores culturais e sociais.

4. O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Pensar no professor como mediador no processo de aprendizagem na alfabetização remete a alguém, capaz de proporcionar ao aluno um contato direto com o seu objeto de aprendizagem, ou seja, possibilitar a interação do sujeito com o conhecimento. Um segundo fator de extrema importância com relação à mediação da aprendizagem é o docente trabalhar pedagogicamente com o ambiente e com as experiências informais que os alunos trazem promovendo o conhecimento científico e a formação do sujeito.

Neste sentido, o professor é a peça fundamental para o aprendizado do aluno cabendo a ele conhecer a realidade que vive e assim identificar suas potencialidades e suas limitações. Para Vygotsky (2003), o professor é aquele que deve agir pedagogicamente dentro da Zona de Desenvolvimento Proximal, a qual consiste em considerar os conhecimentos prévios dos alunos para evoluir para os mais complexos de maneira mediadora, assim:

[...] o professor atento a esse desenvolvimento é capaz de intervir adequadamente na zona de desenvolvimento próximo fornecendo pistas, informações, modelos, entre outros, provocando avanços que, naquele momento, não aconteceriam espontaneamente (FITTIPALDI, 2006, p.45).

Concorda-se com Arroyo (2012, p. 342) que “[...] toda criança, [...] pode aprender, mas vários fatores de ordem biológica, social, cultural e pedagógica intervêm nos processos de aprendizagem”. Com estas condições, um dos fatores mais decisivos deste processo é o professor, pois:

A função [...] dos profissionais do ensino aprendizagem é criar situações e mediações propícias [...] Encarar os complexos processos do aprender humano como problemas no ensino de alguma área ou de alguma das competências escolares e apenas intervir nesses pontos não é a melhor maneira de equacionar a docência e a escola enquanto momentos propícios às aprendizagens e à formação (ARROYO, 2012, p. 350).

Assim, professor e aluno no processo de aprendizagem devem relacionar-se em total interação, o profissional precisa estar atento aos conhecimentos prévios que seus alunos trazem para a sala de aula, somente então, a partir destes conhecimentos deverá planejar todo o seu trabalho pedagógico, desenvolvendo atividades intencionais, a fim de que seus alunos possam aprender significativamente. Assim pode-se afirmar que:

O professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. [...] o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas (BRASIL, 1998, p. 30).

Durante as atividades desenvolvidas em sala de aula o professor atuando como motivador e mediador poderá interpretar as situações existentes, identificando os conflitos existentes, os diversos tipos de personalidades e as habilidades entre seus educandos. Ressalvasse a importância de o docente planejar o uso de jogos e de brincadeiras no dia a dia em sala, desta maneira o educador estará propiciando à criança que inicie significativamente seu processo de ensino aprendizagem com a leitura e a escrita, a interpretação do real a criação de novos conceitos por meio dos objetos explorados.

O professor, assim, tem um lugar importante na construção da aprendizagem. As atividades que ele realiza ajudarão na maturação do sistema

nervoso central e estruturação psíquica e cognitiva dos alunos para que funcionem de acordo com as exigências do meio. O professor tem que saber como as atividades que realiza com as crianças favorecem essa construção.

5. O PAPEL DO EDUCADOR JUNTO A FAMÍLIA E A ESCOLA DIANTE DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

Diante das leituras abordadas neste trabalho, fica claro que o professor é o mediador no processo de ensino e aprendizagem, neste sentido é muito importante que, mediante aos alunos com dificuldade de aprendizagem, oriente os pais sobre o que está ocorrendo e encaminhe para profissionais que possam auxiliar na superação delas. Cabe ao professor replanejar sua ação pedagógica, com intencionalidade, visando à superação dos problemas detectados. Assim, planejamento e avaliação devem ser pensados como situações que se complementam.

Souza (1996) afirma que as dificuldades de aprendizagem aparecem quando a prática pedagógica diverge das necessidades dos alunos. Neste aspecto, para que a aprendizagem se torne significativa ao aluno, o professor deve perceber mais os sentimentos, interesses, limitações e necessidades deles.

Quando uma criança apresenta dificuldade de aprendizagem na alfabetização o compromisso deve ser de todos que convivem com a criança, pais, escola, professor, coordenador e a criança, estes devem estar em sintonia, cada um fazendo sua parte em prol de melhorias para a aprendizagem. Sendo assim, a reciprocidade entre todos é essencial, pois na escola a criança vai receber ajuda do professor, e em casa deve ser auxiliado pelos pais.

Como afirma Passos (2010, p. 69): “A família tem papel preponderante no desenvolvimento da criança e as informações advindas do ambiente familiar podem responder as questões favoráveis ou desfavoráveis em seu desempenho escolar”. Percebe-se que é necessário também que o professor tenha conhecimento do modo como a criança vive em família para poder definir ações que esta poderá realizar auxiliando a criança em seu desenvolvimento.

Um dos principais aspectos que a família pode contribuir é com apoio emocional, em especial para a criança com dificuldade, pois na maioria das vezes essas crianças enfrentam frustrações diante do fracasso, a família deve ser o apoio constante, ajudar no enfrentamento desse período, estimulando e resgatando a autoestima da criança.

O professor, no entanto, será o responsável pelos cuidados necessários para com o educando, oferecendo-lhe oportunidades para que possa se desenvolver com tranquilidade e confiança apoiando e orientando os responsáveis.

6. O PAPEL DO COORDENADOR NO CONTEXTO ESCOLAR

O papel do coordenador pedagógico é de extrema importância para que a escola tenha sucesso, pois é ele quem articula toda ação pedagógica no contexto escolar, seu papel é muito abrangente, pois realiza desde o atendimento aos responsáveis do aluno, ao acompanhamento do planejamento dos professores e da aprendizagem dos alunos, estendendo também para questões referentes à formação dos professores, o que repercute positivamente na sala de aula.

Neste sentido, concorda-se com Libâneo (2004), quando afirma que o coordenador pedagógico é aquele indivíduo responsável por três grandes pontos centrais e importantes na escola: a ação, a integração e a articulação do trabalho pedagógico, estes pontos estão estritamente ligados ao aluno, aos professores e as famílias. O autor enfatiza também que o coordenador diante de seus professores tem o compromisso de auxiliá-los no planejamento, realizando indagações que venham fazer com que o próprio professor reflita sobre suas metodologias mediante os resultados alcançados por meio das avaliações. Também compete a este profissional em conjunto com a gestão escolar buscar meios e estratégias para garantir a formação de seu corpo docente.

O papel do coordenador pedagógico é desafiador, pois:

Essa tarefa de coordenar o pedagógico não é uma tarefa fácil. É muito complexa porque envolve clareza de posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica, esta é uma ação política, ética e comprometida, que somente pode frutificar em um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos (FRANCO, 2008, p. 128).

Portanto, para que o trabalho pedagógico do professor tenha sucesso, é necessário que haja a ação do coordenador pedagógico como articulador e estimulador, ele deve sempre estar atentando para que seus professores busquem novas estratégias de ensino, que revejam suas metodologias e que proporcionam um sistema de avaliação contínua e adequada ao nível do aluno.

Neste sentido, para que o professor tenha conhecimento e compreensão de como estar proporcionando um ensino cada vez com maior qualidade, é necessário que este tenha uma formação adequada, foca-se, assim, no papel importante do coordenador, como formador de seus professores, devendo proporcionar momentos de aprendizagem para todos.

Entende-se que o coordenador pedagógico é considerado um agente transformador dentro da escola, ele tem por objetivo criar estratégias dinâmicas que venham a contribuir para um ensino de qualidade. Assim, compete a este profissional:

Criar oportunidades para que o professor compartilhe suas experiências, ao incentivar que o professor se posicione de forma integral e aprendiz em relação à dinâmica da escola; Incentivar práticas curriculares inovadoras, propondo aos professores a descoberta de novas práticas, que acompanham o processo de construção e vivência do ato de ensinar e aprender; Realizar o trabalho pedagógico de forma coletiva, defendendo que a mudança só acontece se todos se unirem em torno de um objetivo único; Mediar à competência docente, considerando os diferentes saberes, experiências, interesses e o modo de trabalhar dos professores, criando condições para intervenção e auxílio (ORSOLON apud MERCADO, 2010, p.05).

Portanto, é extremamente importante que o coordenador pedagógico tenha confiança em seu trabalho, ele deve ser considerado como uma peça chave, fundamental para que a instituição escolar, através de sua gestão pedagógica, atinja os objetivos a que se propõem, democratizando o ensino e garantindo direitos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao processo de alfabetização percebe-se que por mais que tenha ocorrido a mudança no sistema de educação organizando o ensino fundamental em de nove anos e a criança tenha o direito de ser alfabetizada nos três primeiros anos de escolarização, porém, não se alfabetizam e acabam passando de ano sem saber ler e escrever corretamente.

São inúmeros os fatores que vêm contribuindo para esta defasagem no sistema educacional, como por exemplo, a formação, compromisso dos professores, o não reconhecimento da criança como um indivíduo social e cultural, a desvalorização do conhecimento prévio que a criança possui, antes de ir para a escola e a falta de metodologias adequadas que contemplem as especificidades de cada criança.

Compreende-se que o professor possui um papel fundamental no processo de aprendizagem, é ele quem vai mediar o conhecimento, devendo intervir cautelosamente nas atividades, quando necessário, proporcionando ao aluno um maior entendimento dos conteúdos e o reconhecimento dos códigos linguísticos, deverá, também, estar se auto avaliando, repensando constantemente os métodos de ensino e estratégias que utiliza e se estes são os mais adequados para as necessidades dos seus alunos.

Fica claro que a presença da família é importante no contexto escolar, pois seu papel influencia também na aprendizagem da criança, a mesma deve estar auxiliando-a em casa com as tarefas garantindo uma extensão do ensino da escola. Também é de fundamental importância que o professor tenha um contato direto com os responsáveis dos alunos, garantindo assim, um diálogo constante sobre sua aprendizagem.

No entanto, o papel do coordenador pedagógico permeia todas as ações realizadas, seu papel é muito abrangente e desafiador, sendo visto como uma peça fundamental para a construção de uma educação de qualidade. Sua relação está estreitamente interligada a família dos alunos, corpo docente, direção, demais indivíduos envolvidos na comunidade escolar e com a própria criança. Seu papel vai desde o atendimento as famílias, ao acompanhamento do ensino e aprendizagem dos alunos, supervisão e orientação no planejamento dos professores. Cabe a ele também proporcionar formação continuada aos docentes, rever os meios de avaliação que os professores desenvolvem com os alunos, além de atender outras situações corriqueiras que acontecem no dia a dia de uma escola.

Entende-se, assim, que o enfrentamento as dificuldades de aprendizagem não pode ser papel único, culpabilizando alunos, pais ou docentes pelo fracasso, mas algo a ser combatido na coletividade, cada um fazendo sua parte para o avanço e a garantia do direito a educação.

Após as leituras e aprendizagem sobre os assuntos estudados neste trabalho, percebe-se a importância de mais aperfeiçoamento que analisem as expectativas dos alunos durante o processo de alfabetização.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes: 2012.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa**. Ministério da Educação: Governo Federal, 2007. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf. Acesso em: 07/07/2016.

BRASIL. **Elementos Conceituais e Metodológicos Para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º nos) do Ensino Fundamental**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Diretoria de Currículos e Educação Integral - DICEI Coordenação Geral do Ensino Fundamental – COEF. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 12/06/2016.

_____. **Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2005.

_____. **Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2016**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2006.

_____. **Lei nº 12.801 de 24 de abril de 2013**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CÓCCO, M. F. e HAILER, M. A. **Didática da alfabetização**: decifrar o mundo. Alfabetização e Sócio Construtivismo. São Paulo: Ed. FTD, 1996.

FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FITTIPALDI, C. B. **Conceitos centrais de Vygotsky**: Implicações pedagógicas. Revista Educação. UNG: 2006.

FRANCO, M. A. S. **Coordenação pedagógica**: uma práxis em busca de sua identidade. Revista Múltiplas Leituras, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/> . Acesso em: 07 de junho de 2016.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

LIBANEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Revista e ampliada. Goiania: Alternativa, 2004.

MELLO, S. A. **A apropriação da escrita como um instrumento cultural complexo**. In: MENDONÇA, S. G. L.; MILLER, S. (orgs). Vigotski e a Escola Atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2006, p. 181-192.

MERCADO, E. **O papel do coordenador pedagógico como articulador do processo de ensino e aprendizagem: Reflexões sobre o conselho de classe**. Universidade Federal de Alagoas-UFAL. Pesquisa em educação: Desenvolvimento, ética e responsabilidade social. Disponível em: <http://dmd2.webfactional.com/media/anais>. Acesso em 20/06/2016.

PASSOS, M. O. de A. **Fundamentos das Dificuldades de Aprendizagem**. Curitiba: Fael, 2010.

SOUZA, E. M. **Problemas de aprendizagem: Crianças de 8 a 11 anos**. Bauru: EDUSC, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.